

Estudo bibliométrico da produção sobre Educação Física na Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE

Bibliometric study of the production on Physical Education in the Brazilian Journal of Special Education - RBEE

Estudio bibliométrico de la producción sobre Educación Física en la Revista Brasileña de Educación Especial - RBEE

Laura Cidade de Souza

Graduada pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: lauracidadesouza@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2030-3095>

Larissa Fernanda Porto Maciel

Doutoranda na Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: larissa.maciel10@edu.udesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5077-8844>

Gelcemar Oliveira Farias

Professora pós-doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: gelcemar.farias@udesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3552-3437>

Alexandra Folle

Professora doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: alexandra.folle@udesc.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8972-6075>

Viviane Preichardt Duek

Professora doutora da Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: vividuek@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0774-7495>

Recebido em 13 de junho de 2021

Aprovado em 20 de agosto de 2021

Publicado em 28 de setembro de 2021

RESUMO

O presente estudo bibliométrico, teve como objetivo mapear e explorar a produção científica da área da Educação Física na Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE), tendo como fonte os artigos publicados pelo periódico entre 1992 e 2021. Foram selecionados 33 artigos que faziam referência à Educação Física ou à Educação Física Adaptada. Os resultados da análise indicaram maior número de publicações científicas sobre a temática no ano de 2015, concentrados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com diferentes tipos de deficiências e alunos de idades variadas. Além disso, averiguou-se que as palavras-chaves mais empregadas nas publicações são Educação Especial e Educação Física Adaptada. Conclui-se, a partir do cenário investigado, que a produção científica em torno da Educação Física vinculada à RBEE, embora tenha aumentado nos últimos anos, impulsionada pelo crescimento das produções vinculadas ao periódico, ainda é incipiente e necessita de ampliação em alguns aspectos. Espera-se que pesquisas futuras aprofundem os temas investigados e considerem as lacunas investigativas observadas, com o intuito de fornecer

caminhos para a ampliação e o desenvolvimento da Educação Física Adaptada na realidade educacional.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Física; Produção do conhecimento.

ABSTRACT

The present bibliometric study, aimed to map and explore the scientific production in Physical Education in “Revista Brasileira de Educação Especial” (RBEE), having as source the articles published by the journal between 1992 and 2021. 33 articles were selected that referred to Physical Education or Adapted Physical Education. The results of the analysis indicated a greater number of scientific publications on the theme in 2015, concentrated in the Southeast and South regions of Brazil and carried out with different types of disabilities and students of varying ages. In addition, it was found that the keywords most used in published studies are Special Education and Adapted Physical Education. It is concluded from the investigated scenario, that the scientific production about Physical Education on RBEE, although it has increased in recent years driven by the growth of the productions on this journal, is still incipient and needs expansion in some aspects. It is expected that future researches will deepen the investigated themes and consider the investigative gaps observed, to provide paths for the expansion and development of Adapted Physical Education in the educational reality.

Keywords: Special Education; Physical Education; Scientific production.

RESUMEN

El presente estudio bibliométrico, tuvo como objetivo mapear y explorar la producción científica en el área de Educación Física en la “Revista Brasileira de Educação Especial” (RBEE), teniendo como fuente los artículos publicados por la revista entre 1992 y 2021. Se seleccionaron 33 artículos que hicieron referencia a la Educación Física o Educación Física Adaptada. Los resultados del análisis indicaron un mayor número de publicaciones científicas sobre el tema en 2015, concentradas en las regiones Sudeste y Sur de Brasil, con diferentes tipos de discapacidad y estudiantes de distintas edades. Además, se encontró que las palabras clave más utilizadas en los estudios publicados son Educación Especial y Educación Física Adaptada. Se concluye del escenario investigado que la producción científica en torno a la Educación Física vinculada a la RBEE, aunque ha aumentado en los últimos años impulsada por el crecimiento de las producciones vinculadas a la revista, es aún incipiente y necesita expansión en algunos aspectos. Se espera que las investigaciones futuras profundicen los temas investigados y consideren los vacíos investigativos observados, con el fin de brindar caminos para la expansión y desarrollo de la Educación Física Adaptada en la realidad educativa.

Palabras clave: Educación especial; Educación Física; Producción de conocimiento.

Introdução

A marginalização sofrida pelas pessoas com deficiência ao longo da história, impulsionou uma série de movimentos sociais organizados, sobretudo na década de 1990, em prol da aceitação e participação dessas pessoas nos diversos âmbitos da sociedade, com vistas a conceder a todos a mesma igualdade de direitos (DINIZ et al., 2019). Conseqüentemente, os processos de exclusão/inclusão vividos pelas pessoas com deficiência foram marcados por diferentes fases ao longo da evolução das práticas sociais (ALVES; REIS; SILVA, 2018; DINIZ et al., 2019).

De acordo com Fernandes (2013), a história da Educação Especial pode ser dividida em quatro fases: (1) período do extermínio; (2) período da segregação/institucionalização; (3) período de integração e (4) período de inclusão. No primeiro período, que foi da antiguidade até a Idade Média, as pessoas com algum tipo de deficiência tinham suas vidas marcadas pelo extermínio, discriminação e preconceito, e viviam às margens da sociedade. Como nesse período a sobrevivência estava ligada as habilidades individuais, acredita-se que essas pessoas eram abandonadas pela sociedade (BELTHER, 2017).

Com o fortalecimento do cristianismo, dogmas religiosos passaram a determinar a ordem social a partir do século XII. Com isso, deu-se início ao período da segregação/institucionalização, que foi marcado pelas ações assistencialistas por parte da igreja católica, baseadas no princípio da salvação (BELTHER, 2017). É importante destacar que as duas primeiras fases correspondem ao período pré-científico, quando as explicações para os quadros físicos e mentais eram vistos como fora da normalidade e, muitas vezes, atribuídos a uma dimensão espiritual (FERNANDES, 2013).

Com a Revolução Burguesa, a força da igreja católica diminuiu, dando espaço aos estados modernos, que foram marcados pelos processos de industrialização e capitalismo. A partir desse momento, médicos e professores passaram a educar pessoas com deficiência, a exemplo do monge espanhol Pedro Ponce de León, que ficou conhecido como primeiro educador de surdos da história. Na metade do século XVII, Charles Michel de L'Épée criou a primeira escola pública para surdos em Paris (BELTHER, 2017). A partir dos séculos XVIII e XIX, surgem as primeiras instituições direcionadas especificamente à educação de pessoas com deficiência (RIBEIRO; CASA, 2018).

Com o período científico, dá-se início a outras duas fases da Educação Especial: integração e inclusão. “As fases de integração e inclusão são contemporâneas e

sintetizam marcos na defesa e promoção de direitos humanos às pessoas com deficiência. O que as diferencia é o papel desempenhado pela sociedade” (FERNANDES, 2013, p. 34). A fase da integração que ocorreu em 1970, se deu como uma alternativa às práticas de segregação institucional até então existentes sob o princípio da normalização que visava inserir a pessoa com deficiência na sociedade para que ela pudesse participar de um ambiente menos restritivo e propício à obtenção de competências compatíveis com os padrões sociais vigentes (SILVA, 2009).

No entanto, esse processo gerou desconfianças e indagações devido às dificuldades das pessoas com deficiência de adaptação aos comportamentos que se adequassem ao padrão social exigido na época. Diante disso, emerge no final dos anos 80 e início dos anos 90, a fase da inclusão, que atribuiu à sociedade, e não mais à pessoa com deficiência, a tarefa de se adaptar para atender as necessidades de quem precisava, possibilitando a participação de todos independentemente da sua condição (SEABRA JÚNIOR, 2012).

A partir disso, pode-se inferir que na fase de integração a sociedade é sujeito passivo, deixando a cargo do esforço individual a luta pela inclusão, defesa dos direitos e inserção social, enquanto na fase de inclusão ocorrem ações bilaterais, ou seja, ações combinadas entre indivíduos com algum tipo de deficiência com apoio de órgãos representativos, buscando a criação de tecnologias e conhecimentos que promovam a acessibilidade e o conhecimento (FERNANDES, 2013).

Fundamentado no contexto histórico apresentado, é possível perceber que o percurso até a inclusão passou por diversos momentos. No Brasil, os marcos para o avanço da Educação Especial foram a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu o Estado como responsável por garantir atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a qual reforçou a gratuidade das ações (BRASIL, 1988; LDBEN, 1996). No âmbito internacional, um dos documentos mais importantes foi a Declaração de Salamanca, resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), lançada em 1994, que promoveu os direitos das pessoas com deficiência à escola regular (UNESCO, 1994; RIBEIRO; CASA, 2018).

Nessa perspectiva, a passagem do modelo integrador para o modelo inclusivo, representou avanços na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, exigindo mudanças e transformações sociais de diversas ordens, a fim de eliminar a exclusão e

outras barreiras socialmente construídas que impediam o acesso ao direito, à educação e aos bens culturais produzidos pela humanidade (CHICON; PETERLE; SANTANA, 2014). Paralelamente a esses acontecimentos, a Educação Física (EF) passou por um processo de adaptação das suas práticas, dado que, por longa data, estiveram voltadas ao alcance da aptidão física e das habilidades motoras com foco em padrões de eficiência e de rendimento, excluindo os menos habilidosos ou com alguma limitação (HAYASHI; GONÇALVES, 2018). A reorientação de suas concepções e práticas teve início nos anos de 1950, quando a EF começou a se preocupar com a atividade física e o esporte direcionado à pessoa com deficiência (DINIZ et al., 2019).

Em 1952, foi cunhado o termo “Educação Física Adaptada” (EFA) enquanto uma subárea da EF, destinada ao estudo e à intervenção profissional junto às pessoas com diferentes condições para a prática das atividades físicas (COSTA; SOUZA, 2004). A partir disso, exigia-se um planejamento voltado às necessidades e peculiaridades das pessoas com alguma deficiência, com a proposição de atividades diversificadas e voltadas aos interesses e potencialidades individuais dessas pessoas, e não somente para as suas dificuldades (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008).

Esse cenário demandou a constituição de um corpo de conhecimentos e a formação de profissionais especializados para trabalhar com essa população específica, impulsionando, no final dos anos de 1980, a implantação dos primeiros programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, voltados para a produção do conhecimento e para a preparação de profissionais qualificados a atuarem a partir da perspectiva inclusiva (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008). É interessante mencionar que a Pós-Graduação na área da EF no Brasil, é relativamente recente. Os primeiros cursos de mestrado em EF remetem ao final da década de 1970 (RIGO; RIBEIRO; HALLAL, 2011). Em 1980, a área contava somente com dois programas de mestrado e nenhum de doutorado (ALVES et al., 2018).

Com isso, torna-se imprescindível a compreensão da constituição da área da EF em relação à pessoa com deficiência por meio da análise dos processos de produção, comunicação e avaliação do conhecimento científico existente. Explorar produções acadêmicas por meio da identificação da temporalidade, autores e palavras-chaves mais aplicadas, além das temáticas que fundamentam esse campo de conhecimento, permite compreender quais são suas áreas de atuação e interfaces, assim como desvendar

aspectos essenciais dos padrões formais de comunicação científica (HAYASHI; GONÇALVES, 2018).

No contexto científico, a bibliometria tem auxiliado os pesquisadores na sistematização, classificação e avaliação de aspectos específicos dos estudos por meio da identificação de tendências e características das pesquisas, além do desenvolvimento de determinada área de conhecimento (LINDAHL et al., 2015; JOB, 2018). Portanto, esse método de estudo permite a investigação de muitos elementos da comunicação científica e tecnológica, mostrando-se uma ferramenta substancial para a descoberta do estado da arte das áreas do conhecimento em seus recortes específicos, tais como análise temporal, autoral, temática (JOB, 2018).

As investigações que se dispuseram a pesquisar a produção do conhecimento vinculada à Educação Especial e à EF, concentraram-se na formação de professores para a educação inclusiva (CHICON et al., 2014), em revisões sistemáticas sobre a inclusão nas aulas de EF escolar (CASTRO; TELLES, 2020), no esporte adaptado e paralímpico (SCHMITT et. al., 2017; SOUZA; SILVA; MOREIRA, 2016), na caracterização da produção científica oriunda de teses e dissertações em Programas de Pós-Graduação em Educação Especial e Educação Física (SACARDO; HAYASHI, 2011; SILVA, 2013) e EF e inclusão (MARÍN-SUELVE; RAMÓN-LIIN, 2021). De forma geral, tais investigações têm evidenciado a carência de estudos nessa área específica, como as dificuldades dos profissionais em promover a inclusão dos alunos nas aulas de EF e a participação em formações continuadas, com vistas a qualificar o trabalho docente e a notória influência da Pós-Graduação no processo de produção do conhecimento.

Frente ao exposto, considerando a importância da EF enquanto área de conhecimento e de intervenção pedagógica que possibilita pensar a inclusão das pessoas com deficiência, reconhecendo a relevância de pesquisas dessa natureza, e da sistematização dessa produção, o presente estudo teve como objetivo mapear e explorar a produção científica da área da Educação Física publicada na Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2021). Para tanto, buscamos delinear um panorama recente da produção científica no campo, de modo a identificar a temporalidade, a distribuição por região e instituição de origem, os tipos de deficiências, a população e as palavras-chaves mais utilizadas nos estudos analisados.

Método

O presente estudo é caracterizado como uma investigação de natureza bibliométrica. A bibliometria envolve um conjunto de técnicas que auxilia os pesquisadores no processo de sistematização, classificação e avaliação de características precisas dos estudos, permitindo maior compreensão da estrutura social e intelectual de um campo de estudo específico (LINDAHL et al., 2015; JOB, 2018).

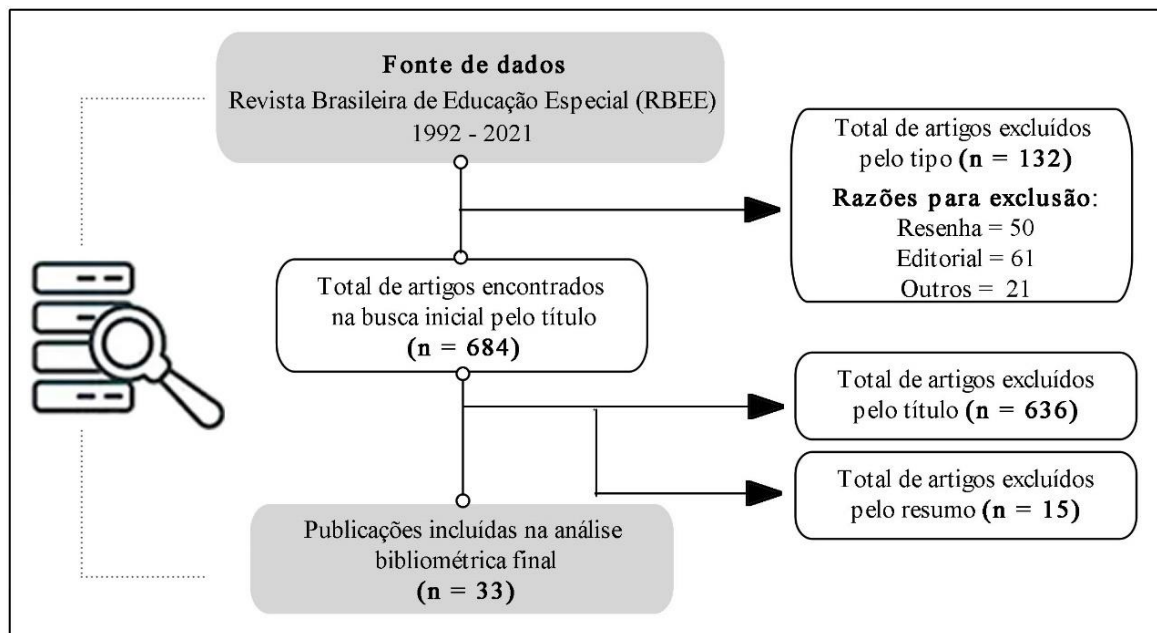
A fonte de dados do estudo foi a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE). Ressalta-se que a utilização da RBEE como fonte de informação para realização desse estudo, se deve ao importante papel do periódico como veículo de divulgação e de socialização das pesquisas desenvolvidas no campo da Educação Especial (NERES; CORRÊA, 2018). Por contribuir de forma expressiva para a divulgação e ampliação do conhecimento, o periódico é referência no que se refere à qualidade editorial da produção apresentada concebido pelo Sistema *WebQualis* e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A busca pelas informações foi realizada por duas investigadoras de forma independente, na segunda quinzena de abril de 2021. Eventuais divergências quanto à seleção dos artigos foram solucionadas por uma terceira pesquisadora. Os artigos foram selecionados por meio da consulta aos sumários de todos os números publicados pelo periódico no período de 1992 a 2021. A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas: (1) pelo acesso as publicações referentes ao período de 1992 a 2005 no portal da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial¹ (ABPEE) e pelo (2) acesso as publicações referentes ao período de 2006 a 2021, no portal da Biblioteca Eletrônica SciELO².

Foram selecionados artigos que apresentassem no título alguma referência à EF ou à EFA, através das seguintes expressões: “Educação Física/Adaptada”; “Desenvolvimento/Comportamento Motor”; “Aprendizagem/Atividade Motora”; “Atividade Física/Exercício Físico” e “Esporte”. No caso de incerteza quanto à inclusão do artigo pela leitura do título, foi realizada a leitura do resumo. O fluxograma de busca e seleção dos artigos é apresentado na Figura 1.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

Figura 1 – Fluxograma da busca e seleção dos artigos para o artigo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

As informações coletadas dos artigos foram organizadas em planilhas no software Microsoft Excel®. Para análise descritiva (frequência absoluta) das informações, foram elaboradas categorias bibliométricas, utilizando-se técnicas de análise categorial. Esse tipo de análise permite reunir um grupo de elementos sob um título genérico, agrupando-os ou desmembrando-os em razão das características comuns entres os elementos (BARDIN, 2008).

As categorias analisadas foram: temporalidade (2003-2021); distribuição dos estudos (por região e instituição de origem); tipo de deficiência e população investigada. Destaca-se que a opção pela análise dos artigos publicados a partir do ano 2003, é devido à ausência de estudos publicados na RBEE que abordassem aspectos referentes à EF, foco desse estudo, anterior a esse período. Visando ampliar a análise das informações, as palavras-chaves dos estudos incluídos foram categorizadas como forma de apresentar os termos mais utilizados nos estudos.

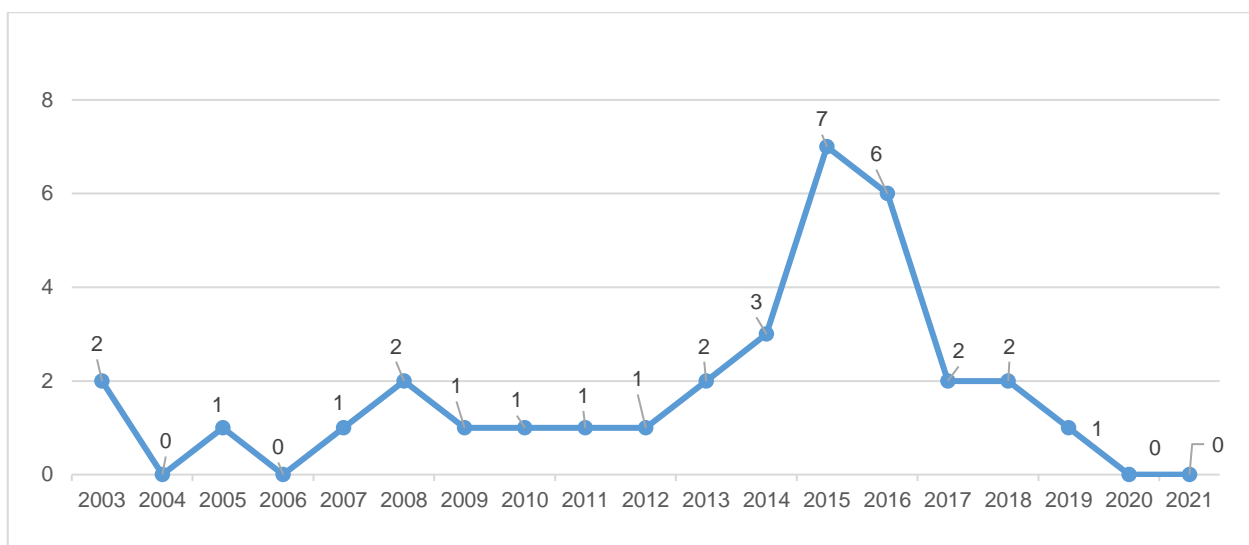
Resultados e discussão

O corpus analisado (n=33) refere-se aos artigos relacionados à EF/ EFA, publicados na RBEE no período de 2003-2021. A apresentação e a discussão dos resultados expressam-se pelos indicadores bibliométricos a seguir:

Temporalidade dos artigos publicados

Em relação à distribuição anual dos artigos analisados, observa-se a inexistência de publicações sobre EFA nos anos de 2004, 2006 e 2020, assim como na primeira edição de 2021. A publicação de artigos sobre a temática manteve-se baixa, porém estável, até o ano de 2014. Nos anos seguintes (2015 e 2016), observa-se um aumento considerável na produção, sendo 2015 o ano com maior número de publicações sobre o tema (Figura 2).

Figura 2 – Publicações sobre a Educação Física na RBEE, por ano de publicação (2003-2021)



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Alguns fatores podem ser considerados para auxiliar no entendimento desses resultados. Um deles refere-se à mudança de paradigma iniciada na década de 1990, com o movimento de inclusão das pessoas com deficiência, fundamentados pela Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (UNESCO, 1990), Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), LDBEN - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

O balanço bibliométrico realizado por Silva (2018), evidenciou que a primeira dissertação de mestrado em Educação Especial foi defendida em 1971 no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria, enquanto a primeira tese foi defendida em 1985 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Entretanto, é a partir dos anos 2000 que a área se consolida, ganhando forças nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) (SILVA, 2018).

Na revisão de literatura que buscou levantar informações sobre o ano de defesa das teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar) na interface da Educação Física e da Educação Especial, as evidências mostraram que a primeira dissertação sobre a temática no programa foi defendida em 1995, enquanto somente em 2007 foi defendida a primeira tese (MAHL; MUNSTER, 2015). Tais evidências podem justificar o número reduzido de artigos publicados sobre a temática no início dos anos 2000 (SOUZA et al., 2013).

Para além dessas evidências, pode-se inferir que, possivelmente, a busca por conhecimentos, em nível de mestrado e doutorado, relacionados às pessoas com deficiência, também possa ter sido influenciada pela constituição da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada (SOBAMA), no ano de 1994, criada para auxiliar os profissionais da EF que atuavam diretamente com crianças, jovens, adultos e idosos na área da EFA (PEDRINELLI; VERENGUER, 2008). A partir dos anos 2000, transformações no âmbito legislativo e na organização escolar desencadearam um movimento de maior visibilidade aos indivíduos com deficiência, que começaram a ser ouvidos e estudados em vez de ignorados pela comunidade científica e acadêmica (SILVA; ARAÚJO, 2012).

A EF, enquanto componente curricular pertencente à Educação Básica brasileira, não esteve indiferente a todas essas transformações, e desde então, vem buscando alternativas para assegurar o acesso e o máximo aproveitamento de estudantes com deficiências nas escolas da rede regular de ensino (MUNSTER; ALVES, 2018). Todavia, por se tratar de uma problemática incipiente no âmbito da pesquisa, aliada a recente história da Pós-Graduação em EF no Brasil, observa-se a pouca produção de trabalhos acadêmicos referentes à essa temática, sobretudo no âmbito da EFA (CHICON et al., 2014).

No tocante à ampliação de publicações sobre a temática nos anos de 2015 e 2016, cabe destacar que, a partir de 2012, a RBEE tornou-se trimestral, o que repercutiu consideravelmente no total de artigos publicados anualmente no periódico (HAYASHI; GONÇALVES, 2018; BUENO; SOUZA, 2018). Além disso, infere-se que, na última década, houve um incremento nas políticas de Educação Inclusiva e Educação Especial no Brasil, com a publicação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2, 2001) e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Corroborando com esse processo, a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência ganhou maior visibilidade a partir de 2015, quando o Estatuto da Pessoa com

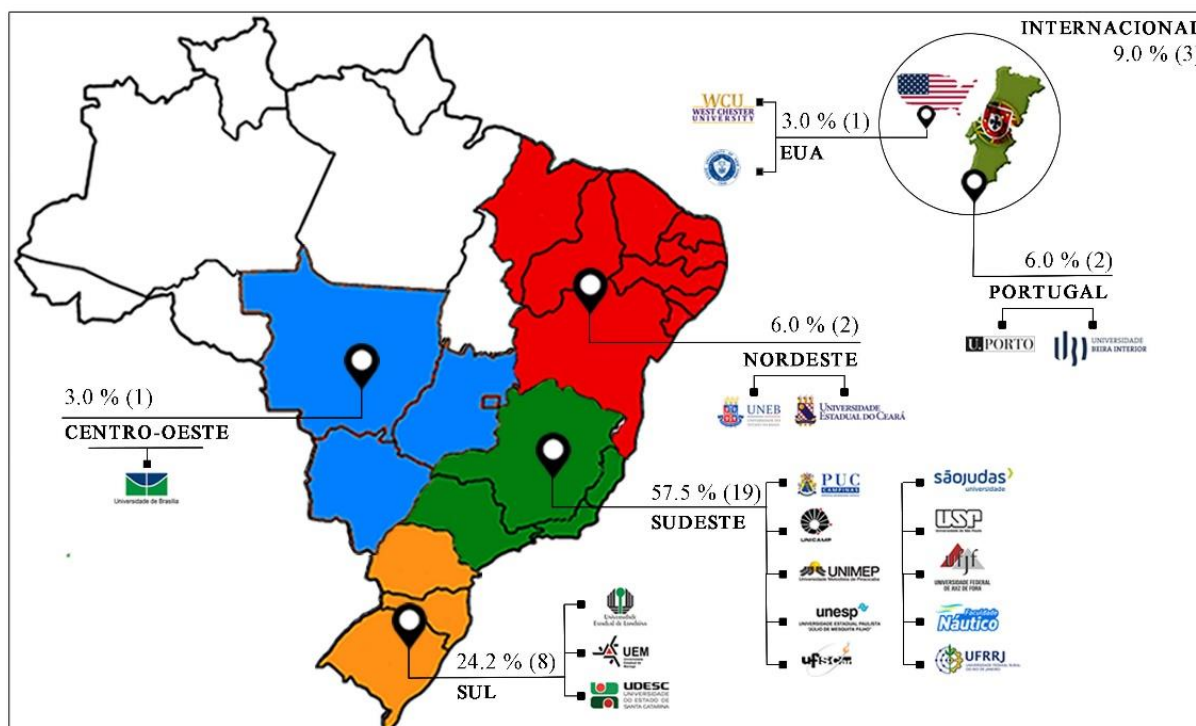
<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

deficiência reafirmou o direito destas à educação em todos os níveis e o acesso à cultura, ao esporte, ao lazer e ao turismo. No artigo 28, o Estatuto garante o “[...] acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar” (BRASIL, 2015, p. 2), fato que pode ter influenciado o crescimento de pesquisas e publicações sobre a temática em 2015 e no ano subsequente.

Distribuição por regiões e instituições de origem dos estudos

No que se refere à origem dos artigos, evidenciou-se a concentração das publicações relativas à EFA, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Figura 3). O estado de São Paulo apresentou o maior número de estudos sobre a temática (n=17).

Figura 3 – Publicações sobre Educação Física na RBEE, por região e instituição de origem



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

A partir das informações levantadas, torna-se importante ressaltar que a maioria dos estudos publicados na RBEE no período investigado é proeminente de instituições públicas (75%), enquanto somente 25% são advindas de instituições privadas. Além disso, nota-se a ausência de estudos oriundos da região Norte e poucos estudos advindos das regiões Centro-Oeste e Nordeste do país, sinalizando assimetrias regionais na produção científica nacional.

Em 2013, os dados da avaliação trienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apresentaram números referentes ao crescimento significativo da Pós-Graduação nos anos anteriores, sobretudo nas regiões Norte (40%), Centro-Oeste (37%) e Nordeste (33%), ao passo que as regiões Sul e Sudeste apresentaram crescimento de 25% e 14%, respectivamente. Esses resultados refletem os esforços para a superação das assimetrias regionais do sistema nacional de Pós-Graduação no Brasil.

A maior concentração de Programas de Pós-Graduação na área da Educação Especial e da EF em determinadas regiões brasileiras tem levado, conseqüentemente, essas regiões a apresentarem maior incidência de pesquisas publicadas sobre a temática. Nesse caso, vale ressaltar que a região Sudeste compreende, aproximadamente, 42% da população brasileira (RAMOS; HAYASHY, 2019), representada fortemente pelo estado de São Paulo, onde estão localizados programas altamente conceituados pelo sistema de avaliação da CAPES. A capital paulista concentra o maior número de IES e ampla importância no contexto das universidades brasileiras, sendo recorrentemente destaque em número de pesquisas realizadas nas mais diversas vertentes da área da EF e da Educação Especial (RAMOS; HAYASHY, 2019).

Em diferentes investigações, o estado paulista tem se destacado com números significativamente maiores de produção científica relacionada às modalidades olímpicas e paralímpicas (SOUZA et al., 2016), publicações, teses e dissertações relacionadas ao basquetebol (GONÇALVES et al., 2017; MACIEL et al., 2018), dissertações e teses em Educação Especial e educação inclusiva (SILVA, 2018), assim como distribuição de autoria de publicações sobre a constituição do campo da Educação Especial (BUENO; SOUZA, 2018). Evidência semelhante foi encontrada nos levantamentos realizados por Tinos e Castro (2007), Sacardo e Hayashi (2011) e Chicon et al. (2014), ao evidenciarem a concentração da produção científica sobre diversas áreas no eixo Sul-Sudeste, em detrimento das demais regiões brasileiras.

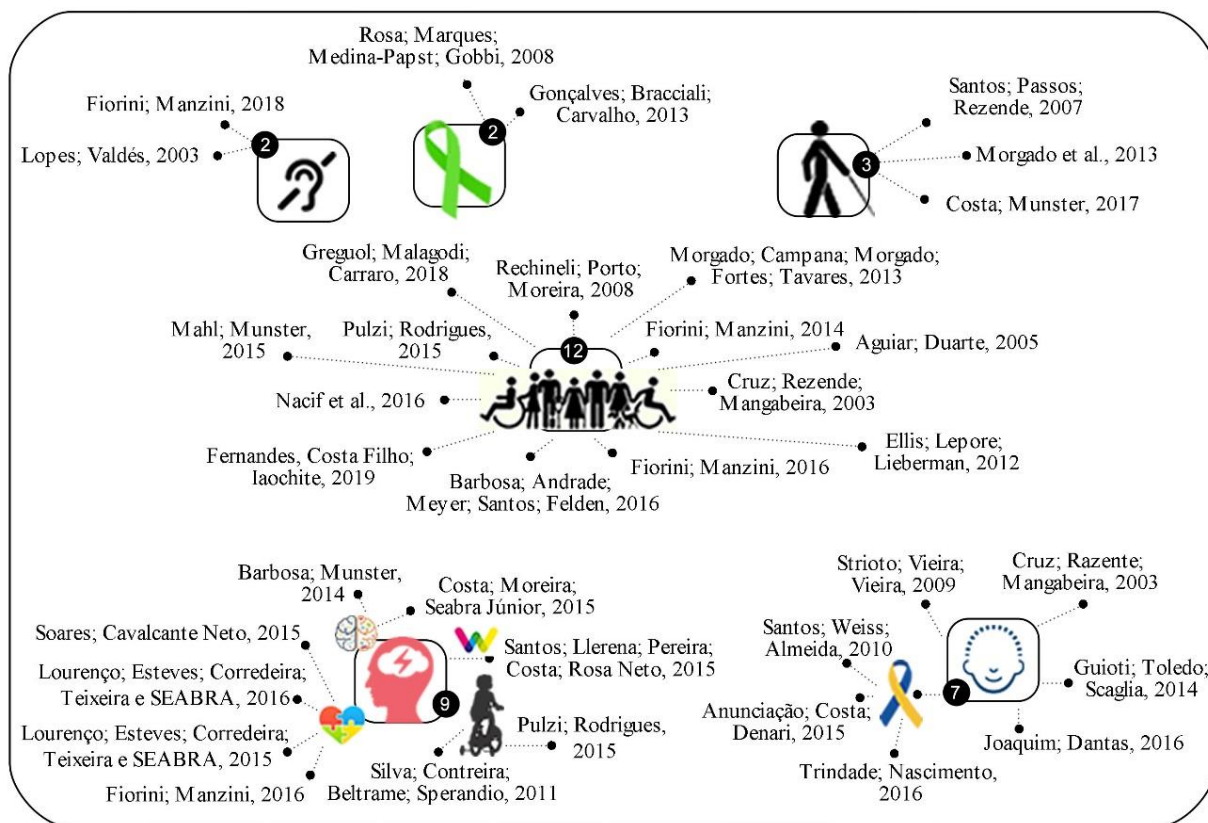
No tocante ao contexto das publicações na RBEE, esses dados vão ao encontro dos resultados encontrados por Manzini, Corrêa e Silva (2009) e Bueno e Souza (2018) constatando que da quantidade acumulada de textos publicados na revista, mais de 80% das publicações são oriundas da região Sudeste e Sul do país. Tais evidências revelam que a produção científica relacionada à EFA ainda é incipiente em determinadas regiões do Brasil, e não acompanha o desenvolvimento e a importância que a temática possui.

Com base nessas evidências, ressalta-se que um dos fatores de sucesso de qualquer área é a relação que esta estabelece com a produção científica. Assim, as questões relacionadas ao processo inclusivo, carecem de um maior investimento em produções científicas, com vistas a fomentar discussões e reflexões sobre as teorias e as práticas que envolvem as pessoas com deficiência, em particular no ambiente escolar e nas disciplinas de EF, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica (MAHL; MUNSTER, 2015).

Tipo de Deficiência

A figura 4 expressa o tipo de deficiência mais estudado nos artigos publicados. Os resultados evidenciaram que as pesquisas têm priorizado o estudo de diferentes tipos de deficiência em uma mesma investigação (n=12) e, de modo mais específico, o estudo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento (n=09) e da Deficiência Intelectual³, incluindo a Síndrome de Down (n=07). Por outro lado, poucos estudos tiveram como foco a Deficiência Visual (n=3), a Deficiência Auditiva (n=2) ou a Paralisia Cerebral (n=2), dentre os analisados.

Figura 4 – Publicações sobre Educação Física na RBEE, por tipo de deficiência



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

As informações apresentadas divergem dos resultados encontrados no estudo sobre a produção do conhecimento em atividade física adaptada nos programas de Pós-Graduação no Paraná, o qual constatou a tendência nas teses e dissertações de explorar apenas um determinado tipo de deficiência nos estudos realizados. Além disso, a Deficiência Física tem sido a mais estudada nas teses e dissertações analisadas (ALVES et al., 2018), aspecto não evidenciado no presente estudo.

Por outro lado, convém destacar que os artigos que utilizam a denominação pessoas e/ou alunos com deficiência, sem fazer menção a nenhum tipo de deficiência específica, são representativos no contexto da RBEE (MANZINI, 2003). O fato de os estudos terem como foco a análise de diferentes tipos de deficiência em uma mesma investigação, pode estar associado à heterogeneidade dos participantes que, em grande parte, são estudantes da Educação Básica e do Ensino Superior, componentes de turmas ecléticas de indivíduos compostas por pessoas com diversos tipos de deficiências.

As deficiências menos estudadas nos artigos analisados foram as Deficiências Visual, Auditiva, Física e Paralisia Cerebral, sugerindo a necessidade de mais investigações sobre essas deficiências no âmbito da EFA. No levantamento bibliométrico realizado por Hayashi e Gonçalves (2018) sobre a produção científica em Educação Especial, entre 1999 e 2017, resultados obtidos evidenciaram os Transtornos do Neurodesenvolvimento como os mais estudados, juntamente com as deficiências Visual e Intelectual, enquanto as deficiências Física (incluindo Paralisia Cerebral) e Auditiva foram menos estudadas, corroborando em parte com as evidências deste estudo e do levantamento feito no PPGEEs/UFSCar (MAHL; MUNSTER, 2015). Nesse contexto, é possível perceber entre os artigos levantados, o emprego dos radicais DEFIC (Deficiência) e TRANST (Transtornos), indicando uma tendência dos estudos de se alinharem à conceituação da população atendida pela Educação Especial com forte influência do campo da medicina (BUENO; SOUZA, 2018) e da necessidade de superação do discurso genérico para a integração e a inclusão (MANZINI, 2003).

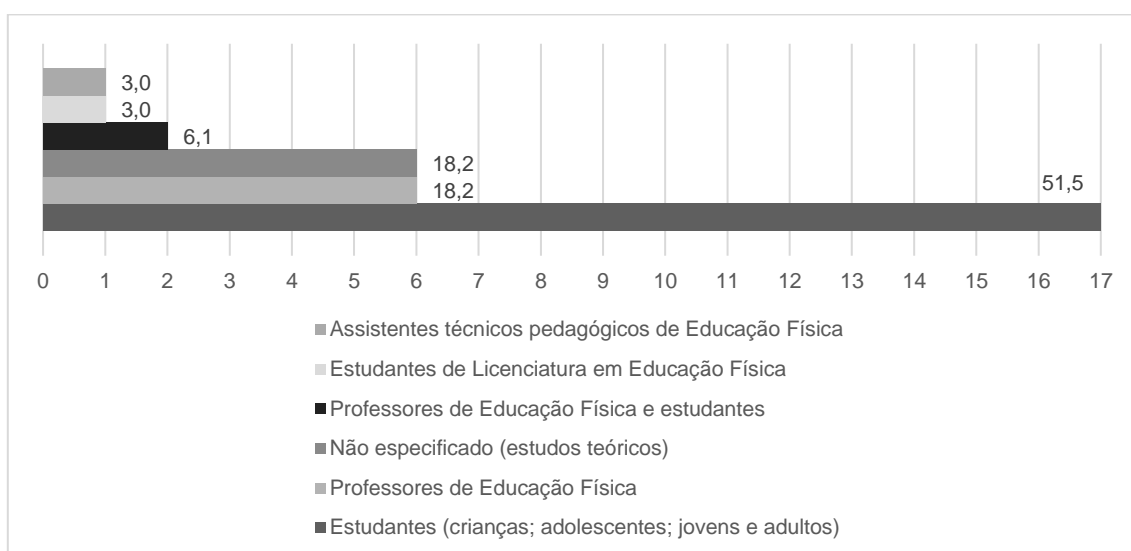
Esse cenário aponta para a carência de estudos sobre tipos específicos de deficiências, transtornos e síndromes, e reforça a necessidade de investigações que ofereçam parâmetros importantes para a identificação de lacunas, ou mesmo de pontos de saturação, na seleção de populações-alvo e, especificamente, de determinados tipos de deficiências nos estudos realizados (HAYASHI; GONÇALVES, 2018). Pesquisas anteriores têm destacado a importância da elaboração de investigações que propiciem maior

entendimento acerca do desenvolvimento e da inclusão de pessoas com deficiência em diferentes contextos, uma vez que a limitação das vivências pessoais, motoras e sociais desses indivíduos pode comprometer seriamente o seu repertório de aprendizagem (TRINDADE; NASCIMENTO, 2016).

População do Estudo

Os dados obtidos revelaram que dos 33 artigos analisados, 17 tiveram como foco estudantes de todas as idades, enquanto seis focaram em professores de EF e seis em estudos teóricos e análises da produção científica na área da EF/EFA. Por outro lado, poucos estudos se empenharam em estudar assistentes técnicos pedagógicos e estudantes de Licenciatura em EF (n=1) (Figura 5).

Figura 5 – Publicações sobre Educação Física na RBEE, a partir da população investigada



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Apesar da pouca produção científica sobre a temática, possivelmente influenciada pela recente chegada da população em condição de deficiência como sujeito da pesquisa *Stricto Sensu* em EF no Brasil (SILVA; ARAÚJO, 2012), algumas investigações têm buscado compreender mais profundamente as nuances do processo educacional a partir da inclusão do público-alvo (estudantes, professores) da Educação Especial, na escola, em suas pesquisas. É possível que esse cenário investigativo esteja ligado às dificuldades e desafios atribuídos à formação dos estudantes e à prática pedagógica dos profissionais na EFA, em que pese, a questão dos recursos e estratégias de ensino, aspectos de ordem administrativa das escolas, de diagnóstico e da própria EF, no que se refere à organização

e à seleção dos conteúdos a serem ensinados ao longo do processo de escolarização (FIORINI; MANZINI, 2014).

No estudo sistematizado por Alves et al. (2018), os dados sugerem que o foco da maioria das teses e dissertações desenvolvidas no Paraná, estão em crianças e adolescentes com diferentes tipos de deficiência. Além disso, essas evidências corroboram com a afirmação anteriormente feita por Silva e Araújo (2012), de que a maioria das investigações têm optado pela lógica global de estudo do comportamento, do controle e da aprendizagem motora das pessoas com deficiência, a fim de compreender e conhecer o indivíduo, seu corpo e seu movimento (ALVES et al., 2018).

Em compensação, nota-se a ausência de pesquisas com acadêmicos de Licenciatura em EF e assistentes técnicos pedagógicos. Esse dado sugere a necessidade de mais estudos envolvendo essas populações, haja vista que o despreparo de futuros professores e de profissionais com funções específicas em lidar com deficientes, acarreta déficits no apoio e na aprendizagem dos educandos. Por conseguinte, é de suma importância propiciar a interdisciplinaridade e o contato dos graduandos com esse público durante o período da formação inicial, a fim de prepará-los para a futura intervenção profissional, além de identificar futuros profissionais interessados nessa área de atuação (CHICON et al., 2014).

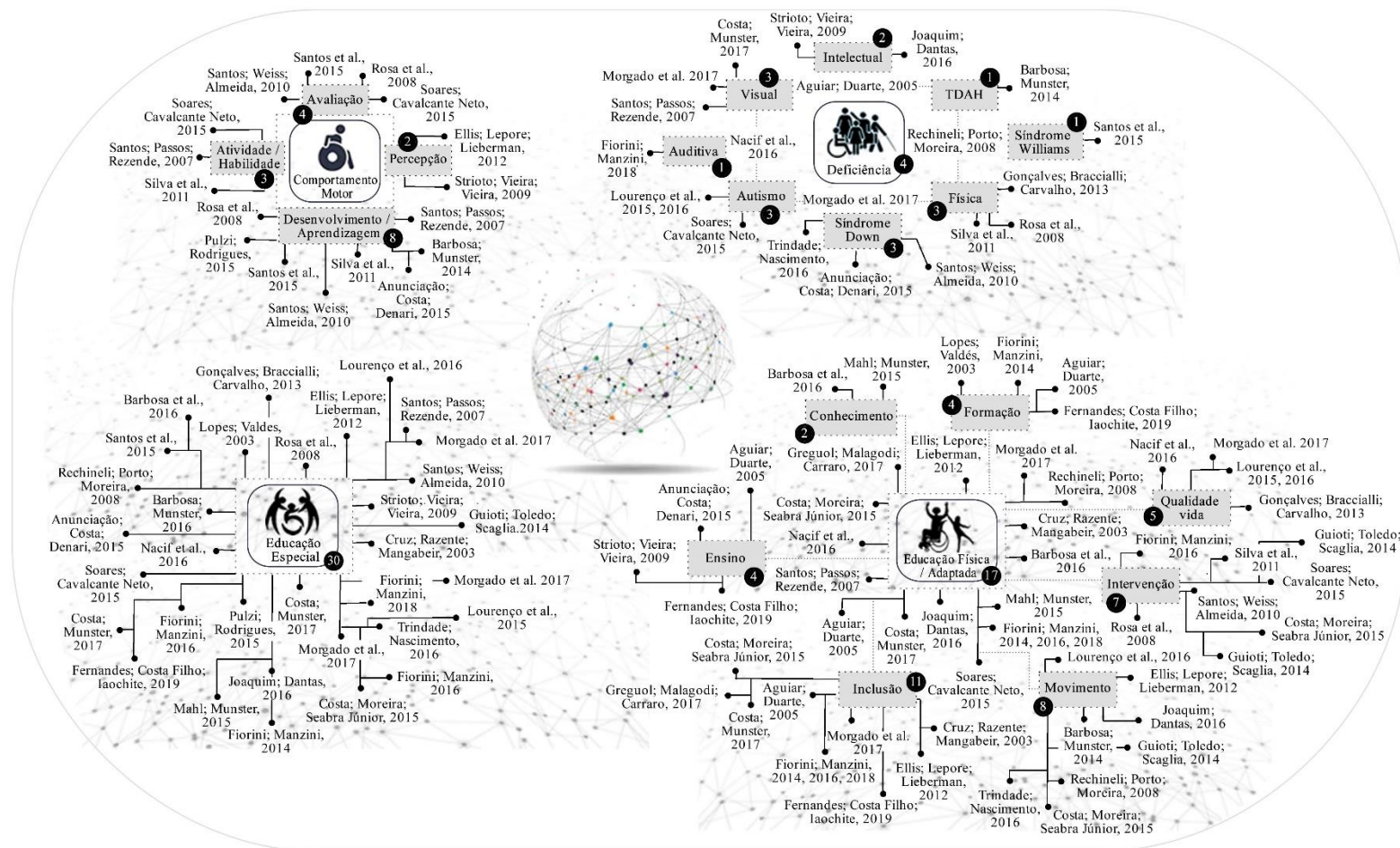
Nesse cenário, reflete-se sobre a necessidade de inserção de disciplinas como 'Educação Física Adaptada' e/ou 'Atividade Motora Adaptada', nos currículos dos cursos de graduação em EF, com vistas a suprir as lacunas deixadas pelo processo formativo/profissional. Assim, com profissionais mais bem preparados e com a ampliação da produção científica sobre a temática, será possível subsidiar políticas no campo da formação de professores, bem como reestruturar os currículos dos cursos de formação inicial baseados na produção científica do conhecimento.

Palavras-chave dos estudos

Na análise das palavras-chaves dos artigos publicados, identificou-se 126 palavras-chave diferentes, agrupadas em quatro categorias e em 19 subcategorias (Figura 6). As categorias associadas às palavras-chave "Educação Física/Adaptada" e "Educação Especial", foram as mais utilizadas (n=44/30), enquanto as palavras referentes ao "Comportamento Motor" e à "Deficiência" (n=17) foram menos empregadas dentre os estudos investigados.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

Figura 6 – Palavras-chave sobre Educação Física na RBEE



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

“Educação Especial” foi a palavra-chave mais utilizada nos estudos publicados na RBEE, possivelmente em virtude da revista ser direcionada a publicações vinculadas à essa temática e pela obrigatoriedade imposta pela própria revista aos artigos submetidos, influenciando assim, na escolha dos pesquisadores pela terminologia empregada. Esse dado contrasta com o estudo de Tinós e Castro (2007), que constatou baixa incidência da palavra Educação Especial no cenário da Revista Educação Especial, ainda que a maioria dos artigos tratassem dessa área do conhecimento.

As palavras-chaves associadas a EF/EFA, também foram amplamente utilizadas pelos pesquisadores (n=17), com destaque para os temas voltados para o contexto da “inclusão”, com ênfase para o “ensino” e a “formação de professores”. Evidência similar foi encontrada no mapeamento feito por Tinós e Castro (2007), ao constatar a palavra-chave “inclusão” como a mais utilizada nos artigos publicados na Revista Educação Especial entre 2002 e 2006. Os autores inferem que esse dado possa estar associado ao período investigado, quando a temática ganha força nas pesquisas acadêmicas, impulsionada pelas políticas públicas em Educação Especial anteriormente mencionadas (TINÓS; CASTRO, 2007).

As palavras “movimento” e “qualidade de vida” também foram associadas à EF/EFA, indicando a singularidade dos estudos na área que se voltam para o corpo, para a atividade física e para a saúde. Segundo Silva e Araújo (2012), a maioria dos trabalhos sobre o tema, tem objetivado o estudo do comportamento, do controle e da aprendizagem motora das pessoas com deficiência, buscando perceber e conhecer o indivíduo, seu corpo, seu movimento e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

A partir dessas evidências, é relevante mencionar que tanto no presente estudo, como na pesquisa realizada por Alves et al. (2018), as palavras “desenvolvimento/aprendizagem” e “comportamento/desenvolvimento motor” aparecem com frequência nas palavras-chave dos estudos analisados, o que reforça a tendência das produções no campo da EFA, em estudos voltados para a avaliação e a intervenção motora das pessoas com deficiência (ALVES et al., 2018).

Considerações finais

A análise empreendida neste estudo objetivou delinear um panorama do estado do conhecimento sobre a EF publicado na RBEE de 1992 a 2021, especialmente no que tange à temporalidade, regiões e instituições de origem, tipos de deficiências, população investigada e palavras-chaves mais utilizadas nos estudos publicados. Os resultados

evidenciaram 2015 como o ano com maior número de publicações sobre o tema, e as regiões Sul e Sudeste com maior concentração de estudos publicados no Brasil.

Em relação ao tipo de deficiência, as pesquisas têm priorizado o estudo de diferentes tipos de deficiência em uma mesma investigação, e de forma mais específica, o estudo dos Transtornos do Neurodesenvolvimento e da Deficiência Intelectual (incluindo a Síndrome de Down), com foco em alunos e/ou estudantes de todas as idades. As palavras-chaves mais utilizadas estão associadas à EF/EFA e à Educação Especial.

O presente estudo apresentou algumas limitações quanto à escolha de um único periódico da Educação Especial, sem levar em consideração outros periódicos reconhecidos da área da EF e abranger apenas uma realidade específica, o que revelou uma parte da produção científica brasileira, e forneceu um vislumbre de uma temática que pode ser ampliada para abranger todo o cenário brasileiro e mundial. Sugere-se, portanto, que estudos futuros diversifiquem cada vez mais suas produções, utilizando-se de diferentes propostas metodológicas e fontes de pesquisa, e busquem analisar a produção na área de EF com população de pessoas com deficiência de outras nacionalidades para garantir maior representatividade e possibilidade de comparação dos resultados.

Por fim, conclui-se que existe a necessidade de um olhar mais atento para a pesquisa no campo da EF na Educação Especial, pois conforme observado, a temática necessita ser mais bem explorada e compreendida no cenário acadêmico brasileiro. Espera-se que pesquisas futuras aprofundem os temas investigados e considerem as lacunas investigativas observadas, com o intuito de fornecer caminhos para a ampliação e o desenvolvimento da EF na realidade da Educação Especial brasileira.

Referências

ALVES, Tabea Epp Kuster; REIS, Rafael Estevam; SILVA, Marcelo Moraes. Panorama da produção do conhecimento em atividade física adaptada nos programas de pós-graduação em Educação Física do estado do Paraná. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 69-83, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BELTHER, Josilda Maria. **Educação Especial**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 jun. 2020.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Decreta e sanciona a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: em 23 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Brasília, DF, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 15 de agosto de 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Grupo de trabalho da política nacional de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008.

BUENO, José Geraldo Silveira; SOUZA, Sirleine Brandão de. Constituição do Campo da Educação Especial Expressa na Revista Brasileira de Educação Especial - RBEE (1992-2017). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, (edição especial), p. 33-50, 2018.

CASTRO, Mariana Oliveira Rabelo de; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 1-20, 2020.

CHICON, José Francisco; PETERLE, Ludmila Lima; SANTANA, Monique Adna Galdino de. Formação, Educação Física e Inclusão: um estudo em periódicos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. S830-S845, 2014.

COSTA, Alberto Martins da; SOUSA, Sônia Bertoni. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, 2004.

DINIZ, Elisângela Fernandes Ferreira Santos et al. Corpo, deficiência e escola: a educação física escolar em contexto. **Ideias & Inovação**, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 133-144, 2019.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para Educação Especial**. Curitiba: Ibpex, 2013.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física: Identificando Dificuldades, Ações e Conteúdos para Prover a Formação do Professor. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 387-404, Jul.-Set., 2014.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

GONÇALVES, Luiz Fernando et al. Mapeamento da produção do conhecimento sobre a modalidade do basquetebol nos periódicos brasileiros. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 461-475, 2017.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. Estudo Bibliométrico dos balanços da produção científica em educação especial na revista brasileira de educação especial (1999-2017). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, (edição especial), p. 135-152, 2018.

JOB, Ivone. Bibliometria aplicada aos estudos do campo da Educação Física: confiabilidade, qualidade e relevância nas publicações. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 54, p. 18-34, 2018.

LINDAHL, Jonas et al. Trends and knowledge base in sport and exercise psychology research: a bibliometric review study. **International Review of Sport and Exercise Psychology**, v. 8, n. 1, p. 71-94, 2015.

MACIEL, Larissa Fernanda Porto et al. Produção científica relacionada ao basquetebol em teses e dissertações brasileiras: análise bibliométrica. **Movimento**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 1-14, 2019.

MAHL, Eliane; MUNSTER, Mey de Abreu van. Análise das Dissertações e Teses do PPGEES/UfsCar na Interface Educação Física e Educação Especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 2, p. 299-318, Abr.-Jun., 2015.

MANZINI, Eduardo José. Análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2002). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 1, p. 13-24, 2003.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira; SILVA, Michele Oliveira da. Disseminação de conhecimento em educação especial no Brasil: As contribuições da ABPEE. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 2, p. 181-196, 2009.

Marín-Suelves, Diana; Ramón-Llin, Jesús. Physical Education and Inclusion: a Bibliometric Study. **Apunts. Educación Física y Deportes**, Catalunya, v. 1, n. 143, p. 17-26, 2021. [https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.\(2021/1\).143.03](https://doi.org/10.5672/apunts.2014-0983.es.(2021/1).143.03)

MUNSTER, Mey de Abreu van; ALVES, Maria Luiza Tanure. Educação Física e inclusão de estudantes com deficiências no Brasil: contrapontos entre legislação e produção científica. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 19, n. 2, p. 171-184, 2018.

MUNSTER, Mey de Abreu van; ALMEIDA, José Júlio Gavião de. Esporte, lazer e deficiência: avanços e retrocessos no município de São Carlos. **Revista da Sobama**, Marília, v. 17, n. 1, p. 19-24, 2016.

NERES, Celi Corrêa; CORRÊA, Nesdete Mesquita. Análise dos artigos na área da deficiência visual publicados na Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2017). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, (edição especial), p. 153-166, 2018.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

PEDRINELLI, Verena Junghahnel; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Educação Física adaptada: introdução ao universo de possibilidades. In: GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes. (Orgs.). **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, 2008. p.1-27.

RAMOS, Denise Marina; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Balanço das dissertações e teses sobre o tema educação de surdos (2010-2014). **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 25, n. 1, p. 117-132, 2019.

RIBEIRO, Thiago; CASA, Gabriela Mesa. A Educação Especial no Brasil: legislação e breve contexto histórico. **Revista Professare**, Cacador, v. 7, n. 3, p. 34-46, 2018.

RIGO, Luis Carlos; RIBEIRO, Gabriela M.; HALLAL, Pedro C. Unidade na diversidade: desafios para a Educação Física no século XXI. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Londrina, v. 16, n. 4, p. 339-345, 2011.

SACARDO, Michele Silva; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Balanço bibliométrico da produção científica em Educação Física e Educação Especial oriunda de teses e dissertações. **Revista Brasileira de Pós-Graduação (RBPG)**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 111-135, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 19-23, 2005.

SCHMITT, Beatriz Dittrich et al. Produção científica sobre esporte adaptado e paralímpico em periódicos brasileiros da Educação Física. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 68-79, 2017.

SEABRA JÚNIOR, Luiz. **Educação Física e inclusão educacional: entender para atender**. 214 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2012.

SILVA, Maria Odete Emygdio. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 135-153, 2009.

SILVA, Rita de Fátima; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2012. p. 177.

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 4, p. 601-618, 2018.

SILVA, R. H. R. **Tendências teórico-filosóficas das teses em educação especial desenvolvidas nos cursos de doutorado em educação e Educação Física do Estado de São Paulo (1985-2009)**. 416 f. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação), Faculdade de Educação de Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.

SILVA, Rossana Valéria de Souza e. Diversidade humana: disseminação e apropriação do saber. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, Campo Grande, v. 3, n. 6, p. 37-45, 1997.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X66235>

SOUZA, Doralice Lange Souza; SILVA, Marcelo Moraes e; MOREIRA, Tatiana Sviesk. O perfil da produção científica online em português relacionada às modalidades olímpicas e paralímpicas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 1105-1120, 2016.

TINÓS, Lúcia Maria Santos; CASTRO, Sabrina Fernandes de. Cadernos de Educação Especial a Revista Educação Especial: uma análise dos últimos 5 anos (2002 - 2006). **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 2007, n. 30, p. 1-9, 2007.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf). Acesso em: 21 de abril de 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Nova York, EUA, 1990. Disponível em: https://abres.org.br/wp-content/uploads/2019/11/declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos_de_marco_d_e_1990.pdf. Acesso em: 21 de abril de 2021.

Notas

¹ <https://abpee.net/>

² http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-6538&lng=pt&nrm=iso

³ Nesse estudo será adotado o termo Deficiência Intelectual no lugar de Deficiência Mental (SASSAKI, 2005). No Simpósio intitulado, *Intelectual Disability: Programs, Policies, and Planning for the Future*, a terminologia 'deficiência mental' foi substituída por 'deficiência intelectual' e vem sendo empregada na maioria dos documentos relacionados a área da Educação Especial.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)